

AS CEBs E O PROJETO POLÍTICO POPULAR

Frei Betto

No 2º dia do 6º Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a 23 de julho de 1986, em Trindade, Goiás, um dos 4 subtemas propostos dentro do tema geral do dia - Luta pela Nova Sociedade - foi: Projeto Político Popular. Este tema foi especificamente debatido por um plenário com 256 delegados dos 14 regionais em que o Brasil está dividido pela CNBB. Os participantes eram, na maioria, lavradores, operários e empregados dos setores de serviços.

A Nova Sociedade à luz da prática popular

Na parte da manhã, dentro da dinâmica do "bate-papo rotativo" (conhecida também por "roda-vivo"), na qual há uma primeira troca de idéias sobre o tema a partir do diálogo entre dois parceiros, foi proposta a pergunta:

- Quais as 2 ou 3 coisas necessárias para o povo numa Nova Sociedade?

Nada sobre o tema havia sido previamente explicado. Partia-se da apuração das fichas preparatórias do encontro: em paralelo aos temas Igreja e Terra, destacava-se o da Nova Sociedade. Na reunião ampliada preparatória, realizada em Trindade, em abril, deu-se forma ao 2º dia do Encontro, dedicado à Luta pela Nova Sociedade, tema subdividido em 4 itens:

- a) Constituinte Popular e Nova Constituição
- b) Movimentos Populares e Lutas Específicas
- c) Projeto Político Popular
- d) Mundo do Trabalho e Sindicalismo

A pergunta lançada ao "bate-papo rotativo" visava extrair, do pessoal da base, duas ou três características do que eles qualificam de "nova sociedade". Na meia-hora de troca de opiniões entre as diversas duplas, a descodificação daquela expressão utópica deu-se na direção das necessidades imediatas que afetam o povo: não pode haver "nova sociedade" sem terra para plantar, emprego, saúde, educação, salário justo, fim da política e da exploração, governo dos trabalhadores, etc. As opiniões predominantes centravam-se nas necessidades materiais dos pobres. A sociedade será nova na medida em que aliviar o sofrimento dos pobres e dar-lhes meios para que possam viver com dignidade. Em nenhum momento foi pronun-

ciada a palavra "socialismo". É interessante notar que também não se priorizava os aspectos políticos do projeto popular, como é comum na retórica da classe média ou alta. As respostas decorriam basicamente de necessidades econômicas: terra, emprego, saúde, salário, escola, etc. No fundo, resumiam-se numa única: nova será a sociedade que assegurar vida à maioria da população. Não importa se isto é ou não socialismo. O fato é que a consciência evangélica das CEBs já não aceita a sociedade vigente com tantos sinais de morte. Por isso o termo "libertação" eleva-se, como súplica constante, em cada prece, canto ou comentário. Entre os militantes das CEBs, não chega a haver consciência explícita das implicações políticas desse termo. "Libertação" é um passo necessário e decisivo para se encontrar ou conquistar outra qualidade de vida. A "nova sociedade" é a grande utopia subjacente, versão hodierna da "terra prometida", onde correrá leite e mel e já não haverá mais morte, nem tristeza, nem choro, nem dor (Apocalipse 21, 4). Na consciência popular, essa utopia situa-se aquém da análise política que permite decifrá-la com um mínimo de rigor e precisão; no entanto, aponta para além de tudo que qualquer análise possa dizer ou mesmo do que qualquer socialismo real possa comprovar. Quicá, à luz de uma petrificada retórica cartesiana, de quem não se encontra vinculado à práxis do movimento popular, esse discurso do povo - alegórico, metafórico e repleto de signos que extrapolam a camisa-de-força das ciências políticas - possa parecer ingênuo, demasiadamente "cristão" e até reacionário, pelo que conteria de elementos "idealistas". Felizmente, "a vida extrapola o conceito", dizia São Tomás de Aquino. Por detrás desse discurso reside, diretamente, o sofrimento do povo, o fruto amargo da opressão. É no universo simbólico e ético da linguagem religiosa que ele se expressa, operando uma importante mutação: a substituição dos elementos míticos pelos elementos históricos. A "nova sociedade" não é algum lugar humanamente inacessível situado no futuro pós-morte, como a mansão celestial prometida ao alívio dos pobres. Ela já é, aqui e agora, uma experiência de conquista. É alguma coisa pela qual se luta e não frente à qual se espera. Na prática das CEBs dentro dos movimentos populares, a utopia faz-se topia.

É possível que o "rigor científico" do academicismo político tenha dificuldades de entender o simbolismo dos significantes do discurso popular das CEBs. Isso não quer dizer que o discurso acadêmico, rigorosamente preciso, seja mais "revolucionário". Nenhum discurso, por mais avançado ou "científico", transforma o real. A linguagem pode encobrir ou ajudar a des-cobrir o real. Consubstanciada na teoria, ela favorece a melhor compreensão do real, afastando equívocos e evitando erros. Porém, o determinante é a prática social. Se de um lado é verdade que as CEBs carecem de precisão teórica, de outro, encontram-se mergulhadas no conflito social, como protagonistas das lutas populares. É esse discurso popular, com toda a sua articulação religiosa, simbólica, que ajuda a motivar a luta de superação da "velha sociedade" e de conquista da "nova" .

Discurso que nasce do sofrimento, que brota da esperança adquirida pela participação nos movimentos populares e que encontra legitimidade na própria Palavra de Deus. São fatores que explicam porque termos tão genéricos como "libertação" ou "nova sociedade" são capazes de suscitar, nas CEBs, energias políticas de efetivo compromisso com as lutas populares e sindicais e de interesse e participação em partidos políticos, malgrado todo o sofrimento que isso acarreta para os pobres, que suportam na pele e no espírito toda a crueldade das oligarquias que se sentem ameaçadas em seus privilégios. Para muitos filhos da classe média ou alta, fazer política é revestir-se de poder, no sentido fetichista, seja através da autoridade intelectual ou da que decorre de uma função ou mandato eletivo. Ainda que esse poder esteja a serviço dos oprimidos e seja contrário aos interesses dominantes. Para o povo, fazer política é meter-se nas lutas sociais, compelido por um instinto de classe que sustenta a esperança histórica, apesar do anonimato, da humilhação imposta pelo fazendeiro, da prisão ^{dos} jagunços, dos despejos efetuados pela polícia, das agressões militares, das torturas, das prisões e dos assassinatos. É a cruz, no sentido rigorosamente teológico. É só se abraça a cruz porque, de algum modo, há esperança de vitória.

O trabalho de conscientização nas CEBs

Encerrado o "bate-papo rotativo", todo o plenário dividiu-se em 20 grupos, cada um com cerca de 20 participantes. Nova questão foi apresentada, agora com uma hora de tempo para discussão:

- Como sua comunidade está contribuindo na construção de um Projeto Político Popular (ou projeto de libertação do povo)?

Assim, a própria pergunta já trazia embutida uma interpretação do que se entende por Projeto Político Popular: é tudo aquilo que contribui para a libertação do povo. Na cabeça dos participantes, "libertação" não tinha ressonância decisiva, como um momento histórico em que se dá a revolução ou a apropriação do poder político pelos representantes das classes populares. Como o Reino de Deus, a libertação é um processo: já está entre nós, constrói-se pela prática popular, mas ainda não se realizou plenamente. O próprio relatório do Encontro lembra que "o plenário entende o Projeto Político Popular como sendo um processo em construção, através da prática, numa dupla dimensão: conscientização e organização".

Como se dá o trabalho de conscientização nas CEBs? Embora não se possa, a rigor, separar conscientização e organização, o plenário ressaltou algumas atividades pelas quais se forma a consciência crítica dos militantes das CEBs: "cursos de formação de trabalhadores; cursos bíblicos; sindicalismo; política; informações do rádio; boletins e subsídios para a reflexão dos grupos de CEBs". De fato, é toda uma prática social, que vai da participação nas CEBs às lutas e conflitos populares, que conscientiza

e impõe a exigência de um maior nível de organização. Entretanto, é curioso observar alguns detalhes do relatório. Os cursos bíblicos figuram como fator de conscientização. É que, nas CEBs, a Bíblia exerce o seu papel mais genuíno de dar luz, acordar, "dar vista aos cegos e fazer andar os coxos". As CEBs resgatam a Palavra de Deus a partir da presença de seus militantes nos movimentos populares. Ao ler essa nossa história à luz daquela história da salvação, dá-se uma releitura do próprio texto bíblico. Uma interação entre texto e contexto, da qual sai o pretexto para a ação. Ao se reapropriarem da Bíblia, as classes populares como que se miram num espelho: é o sentido mais radical da própria luta do povo que ali se encontra refletido. Descobre-se que Deus não quer a miséria, a opressão, a doença, a falta de condições de vida. Deus é o autor da vida e Jesus veio para que todos tenham vida e a tenham em abundância. Dá-se, pois, um processo de legitimação religiosa das lutas empreendidas. A Bíblia realça, nas CEBs, o contraste semelhante ao da polêmica entre Jesus e os fariseus. Produz nos militantes uma sábia desconfiança perante o discurso clerical, fazendo-os descobrir que há uma ~~retórica~~ retórica religiosa que não está necessariamente sintonizada com o Evangelho. Por isso, ela "conscientiza", ou seja, rompe a sujeição religiosa - o mais apertado grilhão da opressão política -, legitima as lutas populares e concede à comunidade dos pobres uma autoridade inusitada na hermenêutica do projeto de Deus na história. Dentro das CEBs, a meditação da Palavra de Deus suscita uma reflexão teológica na linha da sabedoria, como predominava na Igreja até o século 14, e na linha da visão crítica da práxis social. Teologia que se nutre da vivência espiritual, manifestada sobretudo nas liturgias populares, e a ela retorna como alimento. São os Círculos Bíblicos a grande sementeira de CEBs. Aí nasce uma Igreja do contato direto com a Palavra, restaurando a vitalidade evangélica original. As obras de Carlos Mesters e o trabalho do Centro de Estudos Bíblicos (CEBI) auxiliam e recolhem essa reflexão bíblica que brota das comunidades populares, evitando o mero espontaneísmo subjetivo.

Também o "sindicalismo" figura como fator de conscientização. Isso porque muitos militantes das CEBs adquirem consciência crítica dos problemas nacionais e de suas próprias condições de trabalho quando participam de algum grupo de Oposição Sindical, visando derrubar os pelegos e eleger uma diretoria combativa para o sindicato. No campo, o sindicalismo exerce esse papel propedêutico muito melhor do que na cidade, pois consiste numa importante referência para os trabalhadores rurais que sofrem mais diretamente o conflito capital x trabalho. Na zona rural, a opressão tem nome e exhibe sua face cruel na supremacia da terra-de-negócio sobre a terra-de-produção. Daí o interesse dos agricultores em fortalecerem suas associações de classe. O Movimento dos Sem Terra é, hoje, o movimento popular que mais cresce no Brasil. No 2º Congresso Nacional da CUT, no Rio, no início de agosto de 1986, predominavam as delegações ori

undas do campo.

Ainda entre os instrumentos de conscientização, os delegados das CEBs em Trindade elencaram a política, o rádio e os boletins que fornecem subsídios de reflexão para os grupos. A política aparece como fator positivo, ao contrário de outros encontros nos quais ela costuma ser vista como algo que "não deve ser misturado com religião" ou como coisa que "atrapalha, confunde e não leva a nada". Entre os delegados, havia considerável nível de maturidade política, enquanto compreensão da sua importância "na busca da Terra Prometida". Dos 706 delegados eleitos pela base, entre os 1640 presentes em Trindade, 71 já foram ou são candidatos a algum cargo eletivo (tendo em vista as eleições de novembro de 86), sendo que 4 eram filiados ao PFL, 7 ao PDS, 11 ao PDT, 69 ao PMDB, e 118 ao PT.

É o rádio o meio de comunicação social que mais atinge os militantes das CEBs. Pode ser ouvido enquanto se trabalha dentro ou fora de casa, ou mesmo quando se caminha. Porém, por que é considerado fator de conscientização se, em geral, sua programação fortalece a ideologia dominante? É que nas CEBs o pessoal aprende a "ler" o que ouve no rádio ou vê na TV. A partir das reflexões do Evangelho, da leitura de textos como cartilhas ou do material da Campanha da Fraternidade, os militantes adquirem uma visão crítica do meio de comunicação social, sobretudo quando descobrem que os fatos de seu universo popular e, ainda menos, a versão que eles têm daqueles fatos, quase não ocupam nenhum espaço no rádio e na TV. O que predomina é a versão do Governo, do empresário, do político carreirista, enfim, da "gente bem" que trata greve como caso de polícia e posseiro como bandido.¹

O trabalho de organização a partir das CEBs

Para as CEBs, o Projeto Político Popular não se restringe à conscientização. Supõe também o "nível de organização". Esse dado revela que, na cabeça dos militantes, o Projeto Político Popular não é somente a pre-visão de um modelo de sociedade a ser construído. Ele já acontece aqui e agora nos vários níveis de organização popular: "mutirões, reivindicações organizadas, sindicatos autênticos, oposição sindical, cooperativas, movimentos de mulheres, organizações dos negros, comitês pró-constituinte, administrações populares (foi citada expressamente a da Prefeitura de Fortaleza), apoio a candidatos da base, luta pela terra (CPT, Pastoral Rural, Movimento dos Sem Terra), movimento do Solo Urbano, hortas e roças comunitárias, movimento Pró-Favela, associações de moradores, bibliotecas populares, movimentos de organização em defesa da vida, saúde comunitária". Todas essas iniciativas já trazem embutidas os ger-

1. Cf. Frei Betto, Comunicação Popular e Igreja, in "Comunicação Popular e Alternativa no Brasil", Regina Festa (org.), Paulinas, SP, 1986.

mes do Projeto Político Popular, como expressões de poder popular ou indícios de uma sociedade onde as decisões estarão em mãos dos que representam a grande maioria trabalhadora e assalariada. O relatório do 2º dia do Encontro conclui sublinhando o caráter pedagógico das lutas populares, nas quais se forja a "nova sociedade":

- "O processo de construção do Projeto Político Popular desemboca numa sociedade onde o poder político será exercido pelo povo a serviço do povo e os meios de produção serão socializados. Isso será garantido pela confiança do pobre no próprio pobre, na medida em que, nas pequenas lutas, são vencidos os limites como o medo, o peleguismo, a violência, a desigualdade social e o poder como dominação e exploração".

As CEBs nada organizam como CEBs, a não ser sua própria estrutura eclesial. São os militantes que, motivados pelo Evangelho, criam instrumentos de luta a partir de sua inserção no movimento popular. No universo dos assalariados brasileiros predominam cinco esferas da sociedade civil: a da pastoral, a dos movimentos populares, a dos movimentos populares específicos (negros, mulheres, índios, etc.), a dos movimentos sindicais e a dos partidos e organizações políticas. É através dessas esferas que se constrói o Projeto Político Popular. Fora delas não há outro caminho. Teologicamente pode-se considerar que a esfera da pastoral é a da Igreja, enquanto as demais (movimentos populares, sindicais e político-partidários) são esferas do Reino. Assim, os militantes de CEBs são tanto mais Igreja quanto mais se fazem presentes nas esferas do Reino. Esse o caráter evangelicamente missionário da comunidade de fé. Do ponto de vista político, o desafio é estabelecer a relação de reciprocidade e complementariedade entre as cinco esferas, evitando que uma queira absorver ou excluir a outra. Não faz sentido dizer que o sindicato é mais importante do que o partido, nem que o Clube de Mães deve transformar-se num núcleo do PT. Todas essas esferas - mesmo na Nova Sociedade - são igualmente importantes, cada uma na sua especificidade. Porém, se para os cristãos é na Igreja que se encontra o sentido profundo e radical de seu compromisso, é no partido político que melhor se pode de consubstanciar a direção do Projeto Político Popular.

Questões e desafios suscitados pela prática das CEBs

Na parte da tarde do 2º dia, as dramatizações apresentadas, como forma de relatórios dos ~~pl~~ plenários da manhã, ressaltaram as lutas relacionadas no Documento Final do Encontro. Interessa, agora, cotejar algumas conclusões mais significativas com questões e desafios suscitados pela prática das CEBs.

a) a questão da militância política

O Encontro concluiu pela "importância da ação política dos cris -

tãos, pois vivendo em sociedade, sem a política somos uns desorientados e não chegamos a lugar nenhum". É um fato indiscutível que as CEBs constituem hoje, no Brasil, um movimento profundamente político. Através delas, formam-se militantes e fortalecem-se movimentos populares. Porém, não faltaría a esses militantes uma melhor formação política? O que seria uma "ação política dos cristãos"?

Quanto à formação política, as CEBs aprendem mais através de sua prática social do que detendo o "correto" domínio das teorias políticas. Há aqui algo a ser alcançado: incrementar a prática social das CEBs, complementada por um mínimo de formação teórica. A falta desse "mínimo" produz fenômenos negativos como o espontaneísmo, o basismo e o vanguardismo. O espontaneísmo é a tendência a supor que a ação política pode ser improvisada, sem vínculo com outras forças sociais e políticas e sem visão estratégica que decorra da análise de realidade, que permite situar a luta a ser travada dentro de um contexto mais amplo. É espontaneísta, por exemplo, a ocupação de terra que não prevê as condições de resistência frente à possibilidade de despejo por violência policial. O basismo caracteriza-se por uma rejeição da estrutura política institucional e de qualquer tipo de aliança ou ação conjunta com outras forças políticas. É basista a posição que considera todo político profissional, revestido de um mandato, como "inimigo" em potencial. A nível eclesial, o basista opera um "corte estrutural" entre as CEBs e o Vaticano, como se não houvesse nenhuma relação entre os dois. Já o vanguardismo é esse impulso messiânico que insiste em querer coincidir (= confundir) o tempo pessoal do militante com o tempo histórico da revolução. É vanguardista toda posição que, julgando-se correta e acima de qualquer crítica, atribui os fracassos à "falta de consciência do povo".

Tais desvios só podem - e devem - ser evitados com um mínimo de formação política decorrente de exigência da própria práxis das CEBs. É através dessa formação que a política deixa de ser um tabu ou uma "coisa complicada" para militantes de base e agentes de pastoral. Como entender as tendências de esquerda sem esta formação? Como saber o que é socialismo, poder popular, tática e estratégia, sem conhecer um pouco da história das revoluções? São conhecimentos que não se adquirem na prática social. Porém, ajudam a fortalecê-la corretamente.

Nas CEBs, política é como sexo outrora da Igreja: quanto menos se fala, mais bobagem se faz. Se não se ensina em casa, o jeito é aprender "na rua". A formação política dos membros das CEBs deve confirmar a Igreja como o espaço de liberdade onde são tratados todos os temas que dizem respeito ao ser humano. Nada do que é humano é estranho ao Evangelho, dizia o Papa Paulo VI. Na carta enviada aos bispos brasileiros, a 9 de abril de 1986, João Paulo II sublinha que "faz parte da

missão da Igreja preocupar-se, de certo modo, das questões que envolvem o homem do berço ao túmulo, como são as sociais e sócio-políticas" (n. 2). Mais adiante, o Papa diz aos nossos bispos: "Mas sei que posso manter vivo o apelo que tive ocasião de reiterar no correr da Visita "ad limina", para que uma prioridade importante e inadiável na ação dos Senhores seja a de formar leigos, quer entre os 'construtores da sociedade pluralista' (cf. Documento de Puebla, IV parte, cap. III), quer entre as massas populares, quer nos ambientes operários e rurais, quer entre os jovens, sempre em vista da sua presença atuante nas tarefas temporais. Formar leigos significa favorecer-lhes a aquisição de verdadeira competência e habilitação no campo em que devem atuar; mas significa, sobretudo, educá-los na fé e no conhecimento da doutrina da Igreja naquele mesmo campo" (n. 3).

O Papa toca num ponto fundamental: o da formação política ("competência e habilitação no campo em que devem atuar"). Esta formação deve ser conjugada com a formação teológica e a teologal ("educá-los na fé e no conhecimento da doutrina"). Sem suficiente formação política, os militantes das CEBs correm o risco de transformar sua religiosidade numa espécie de "ideologia pastoral", como se a motivação de fé fosse mero suporte para as lutas sociais ou simples legitimação divina de certas bandeiras políticas. Ao descobrirem a racionalidade própria à política e a análise científica da realidade, dificilmente os militantes deixarão de trocar a "ideologia pastoral" - idade infantil da consciência política - pela "ideologia científica", como ocorreu, nos anos 60, com os militantes de JUC que descobriram, na AP, a teoria marxista. Tal formação política - que permite distinguir e complementar fé e política, ideologia e religião, ciência e mística - deve ser simultaneamente conjugada com a formação teológica e teologal. À primeira as CEBs se dedicam razoavelmente bem, através de cursos e encontros onde são aprofundados temas bíblicos e teológicos, à luz da Teologia da Libertação, cuja matriz é a própria prática das CEBs. Contudo, há uma pequena e significativa diferença entre formação teológica e formação teologal. A primeira é a reflexão ou o conhecimento crítico da práxis histórica à luz da Palavra de Deus e da doutrina da Igreja. A segunda é a experiência do que se busca conhecer, portanto, a experiência de Deus, que se aprofunda no engajamento amoroso e desinteressado, na vida de oração pessoal e comunitária e na frequência aos sacramentos. É neste nível que o militante cristão descobre a razão fundamental de sua pertença à Igreja, percebendo que tal vínculo não se justifica, em última instância, por motivos pastorais ou políticos. É a experiência do conteúdo da fé que o leva a comungar, com Jesus, a inabalável confiança no Pai e, pelo Espírito, co-fundar a comunidade na qual se antecipam, no amor e nos sacramentos, os signos do Reino que está prometido. Formação teologal significa, pois, a redescoberta da oração como diálogo íntimo e silencioso com o

Pai; da ascese, enquanto atuação profética nos conflitos sociais, a serviço da justiça; da cruz, nos riscos de prisão, de tortura e de morte; da espiritualidade, na prática do seguimento de Jesus, unificada pelos três eixos evangélicos simbolizados na trilogia semântica Pai, pobres e pão, como expressões do projeto libertador. É essa formação que, propiciando a descoberta vivencial do Absoluto, faz relativizar a esfera da política, facilitando a apreensão de sua dinâmica intrinsecamente dialética, porque sempre mutável e inesgotavelmente libertadora. Assim, a luta pela transformação objetiva da ordem social (revolução) completa-se, a nível subjetivo, na luta pela construção do Homem Novo (mística).

b) a questão da opção partidária

O Documento Final de Trindade assinala que "as CEBs precisam chegar a uma definição mais clara na questão partidária: discutir juntos o programa dos partidos e o perfil dos candidatos, e verificar se eles têm um compromisso real com a caminhada do povo". De fato, as CEBs precisam conhecer melhor o quadro partidário brasileiro, incluindo os grupos e partidos clandestinos. Não se pode atuar no terreno social ignorando sua topografia política. Assim como é importante saber distinguir a composição de classe do PMDB, não se pode avaliar certas tendências dentro do movimento popular sem um mínimo de noção do que seja o trotsquismo. E num ano de eleições para o Congresso Constituinte, faz-se mister definir "o perfil dos candidatos" pela verificação de seus vínculos passados e atuais com a luta popular, o "compromisso real com a caminhada do povo". Tudo isso são desafios e tarefas que a presente conjuntura impõe às CEBs, sobretudo quando se quer "fazer da própria Igreja um espaço de liberdade política, através da integração fé-vida", como disse um dos delegados ao 6^a Intereclesial.

É importante ainda considerar a conclusão de que as CEBs "precisam chegar a uma definição mais clara na questão partidária" sob outro ponto de vista. Devem as CEBs optar por um dos partidos políticos? Devem transformar-se numa articulação política cristã?

Predomina certo consenso de que a maioria dos militantes das CEBs teriam preferência partidária pelo PT. Não há dados que o comprovem com exatidão. É certo que as CEBs e o PT têm em comum o processo de origem (de baixo para cima e de dentro para fora do movimento popular), de composição de classe (assalariados) e de proposta social (a nova sociedade sem explorados e exploradores). Porém, nas eleições de 1982, Estados onde há uma ampla rede de CEBs, como o Espírito Santo, não conseguiram dar ao PT nenhuma expressão eleitoral. Fenômenos como este exigem uma cuidadosa pesquisa. Verificar, por exemplo, se a aparente preferência pelo PT não seria mais consensual da parte dos agentes pastorais (padres e freiras) do que da base popular. Constatar inclusive se não

haveria entre os militantes das CEBs a "síndrome da incompetência proleta", ou seja, uma sincera simpatia pelo PT, um real apoio à sua proposta, uma forte esperança em sua luta mas, em se tratando de escolher candidatos na atual conjuntura, prefere-se os que aparentam ter "competência", excluindo-se o trabalhador semi-analfabeto. Talvez o pequeno ainda não confie no pequeno, embora cante o contrário, pois não confia em si mesmo, na medida em que a ideologia dominante incute em sua cabeça a idéia de que a política profissional é algo demasiadamente complexo, que exige aptidões técnicas e administrativas inacessíveis a um trabalhador manual que mal sabe se expressar em público.

Há outra problemática subjacente à idéia de que as CEBs "precisam chegar a uma definição mais clara na questão partidária". Elas representam hoje, no Brasil, um inestimável potencial político. Porém, muitos de seus militantes são tragados pelo ativismo ao ingressar na esfera partidária e já não retornam à Igreja. Outros, servem de massa-de-mão-bra para certas tendências políticas, devido à ingenuidade com que atuam. Tais situações decorrem do fato de que, à porta do partidário, cada militante é obrigado a decidir por si mesmo, no risco de um "passo individual" que nem sempre coincide com a índole de seu trabalho pastoral. Diante de tais situações, há quem proponha uma organização política dos militantes cristãos, o que não chegaria a ser um partido, mas também evitaria o "passo individual". Seria uma espécie de "posto de reabastecimento com dupla função: favorecer uma fé politicamente definida e uma política determinada animada pela fé" ².

Tal proposta encerra muitos problemas. Haveria uma fé "politicamente definida"? Não seria reducionismo querer extrair do "depósito da fé" definições políticas aplicáveis a conjunturas específicas? A dificuldade maior reside em querer articular, na esfera política, militantes identificados pela mesma fé cristã. Como evitar assim uma neocristandade? O vínculo político não deve ser confessionalizado, sob pena de excluir os não-religiosos e confundir ideologia e religião. A rigor, tal vínculo tece-se pela afinidade ideológica fundada na prática comum. E uma mesma prática, bem como uma mesma ideologia, podem aproximar cristãos e não-cristãos ou militantes que professam diferentes religiões ou não professem nenhuma. Recuar nisso é negar o pluralismo e esta valiosa conquista da razão moderna: a autonomia do político e seu caráter laico.

Fica em aberto a necessidade de uma "pastoral de militância", capaz de propiciar ao pessoal mais engajados das CEBs um acompanhamento mais consistente do ponto de vista político, conjugado com a formação teológica e teologal. Porém, deve-se evitar que se organizem enquanto cristãos para ingressarem e lutar na esfera política. Isso seria ceder ao

2. Cf. Clodovis Boff, Os Cristãos e a Questão Partidária, (Nova Proposta de Discussão), Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Petrópolis, 1986. Ver ainda os textos mimeografados: "Sobre a Organização Política dos Cristãos", de Pedro R. Oliveira; e "Os Cristãos na Política", F. Be to

clericalismo, na forma de versão tardia de "democracia cristã" popular. À luz dos valores do Evangelho e de suas experiências pastorais, os cristãos devem optar pelo partido político que lhes pareça mais coerente na defesa dos oprimidos, articulando-se aí dentro em torno dos pressupostos ideológicos que norteiam a ação partidária. Se tal opção põe em risco a vida de fé e a pertença à Igreja, a culpa não seria da própria deficiência da formação na esfera pastoral? Ora, nem a Igreja deve fazer as vezes de um partido, nem um partido deve ser levado a abrigar núcleos que substituam a racionalidade política por uma postura confessionalizada (o que facilmente poderia gerar certo messianismo político). A fé atua na linha do sentido e não das mediações específicas, como é o caso da ideologia.

A ação política exige necessariamente a mediação ideológica. A ideologia é todo esse conjunto de idéias, de valores, de princípios e de projetos que regem, justificam ou legitimam a atuação de uma pessoa, de um partido ou de uma classe. Ela pode encobrir o real ou ajudar a descobri-lo. Com seu discurso aparentemente democrático, a ideologia burguesa não faz mais do que encobrir as relações de exploração entre os proprietários do capital e os trabalhadores fornecedores de mão-de-obra. A ideologia do oprimido, consubstanciada basicamente no marxismo, descobre as relações de produção capitalistas, revelando sua natureza injusta e seu caráter desigual e antipopular. E em se tratando de ideologia, ninguém está isento. Ela é como os óculos que cada um carrega atrás dos olhos. Ao ver os objetos, a pessoa que usa óculos não vê as próprias lentes; porém, sem elas não seria capaz de ver o que está vendo. Assim é a ideologia, ela leva a pessoa, a classe ou o partido a ver as coisas de um determinado modo. Um modo que, em última instância, favorece ao oprimido ou ao opressor, à classe trabalhadora ou à classe burguesa.

As CEBs não podem fugir da questão ideológica. Mesmo porque a fé necessita, para vincular-se à vida, da mediação ideológica. Se assim não fosse, todos que têm a mesma fé ou rezam pelo mesmo credo de Roma, teriam também idênticas posições no plano político e social. O que estabelece a diferença política entre cristãos que têm a mesma fé é a ideologia que mediatiza a inserção desses cristãos na realidade. Daí porque, na Nicarágua, dentro da mesma Igreja, há bispos que apoiam a agressão norte-americana, em nome do combate ao comunismo, e há cristãos, inclusive padres e religiosas, que apoiam a revolução sandinista, em nome do direito de autodeterminação do povo nicaraguense.

À luz do horizonte ético da fé, dentro das condições históricas de hoje, não se pode encontrar uma ideologia de caráter libertador, antagônica à exploração capitalista, capaz de reconhecer a classe trabalhadora como protagonista das transformações sociais, fora do marxismo. Se, de um lado, a construção do Projeto Político Popular passa hoje, neces-

sariamente, pelas cinco esferas apontadas, de outro, cedo ou tarde, os construtores terão que se deparar com a questão ideológica e, portanto, com o marxismo. Constata-se que a leitura do marxismo feita pelos cristãos latino-americanos comprometidos com os pobres, a partir da luta desse povo crente e oprimido do Continente, não coincide com a leitura de certos manuais dos anos 30 e 40, marcados pelo dogmatismo ou pelo mecanicismo. Temer que os militantes das CEBs conheçam o marxismo é aceitar que sigam confusos sob a ideologia liberal-burguesa, apesar da consciência crítica adquirida na prática e refletida na "ideologia pastoral"; é correr o risco de confundirem ~~uma~~ fé e ideologia, "reduzindo" a primeira a uma "racionalidade" política ou "promovendo" a segunda à categoria de religião; é também iludir os militantes que, cedo ou tarde descobrirão, através dos movimentos populares, sindicais ou partidários, que há uma racionalidade política em bases mais consistentes, a qual não lhes foi dado conhecer na Igreja; é ainda criar condições para que conheçam o marxismo por versões equivocadas, de manuais ateístas, gerando conflitos que uma adequada formação pode evitar.

É a prática da luta pela justiça junto às classes populares, e esta visão onde se entrecruzam o reconhecimento positivo da ética cristã, dos valores humanos do Evangelho e da teoria marxista, que podem servir de eixo a uma articulação política capaz de fazer avançar o Projeto Político Popular e na qual tenham lugar cristãos, adeptos de outras denominações religiosas, agnósticos e ateus. Não se trata de construir um projeto "cristão" e sim popular, do povo, com o povo e para o povo. À luz da fé, essa construção - que hoje no Brasil passa necessariamente por aquelas cinco esferas da sociedade civil - edifica também o Reino de Deus na história.